

### A. Cultura e Diversidade

Este eixo pretende abordar a atuação do terapeuta ocupacional nas questões relacionadas a: diversidade cultural, deslocamentos e migrações, corpo e sexualidade, expressões culturais urbanas, arte e cultura, cultura, tradição e identidade, acessibilidade cultural, direito sociocultural, sofrimento mental, memória e patrimônio, inserção do terapeuta ocupacional no campo da mediação e da produção, e outros.

### B. Esporte, Lazer e Inclusão

Este eixo pretende abordar a atuação da Terapia Ocupacional nos âmbitos do esporte, lazer e inclusão, trazendo a tona discussões que incitem a comunidade a refletir sobre a importância destas áreas do desempenho no cotidiano dos indivíduos. O eixo permite discutir a inclusão das pessoas com deficiência nas atividades de lazer e nas diferentes modalidades esportivas, assim como nos esportes adaptados.

## Eixo 4 – esporte, lazer e inclusão

## CULTURA, ATIVIDADES HUMANAS E TERAPIA OCUPACIONAL

CARLA REGINA SILVA, SABRINA HELENA FERIGATO, ISADORA  
CARDINALLI, MARINA SANCHES SILVESTRINI, LETICIA AMBROSIO, RÚBIA DIANA  
DA MOTA

Universidade Federal de São Carlos- SP

### INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, no Brasil, iniciaram pesquisas no campo da terapia ocupacional sobre as transformações das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que ocorriam na vida da população, instigados pelo processo de redemocratização do país e por movimentos como as Reformas Sanitária e Psiquiátrica e a Luta pelos Direitos das Pessoas com Deficiência. A cidadania passou a ser vista como uma abertura para modos de expressão, comunicação, linguagem e circulação, iniciando uma transformação cultural nas concepções de práticas em terapia ocupacional (BARROS et al, 2007). O entendimento de que as práticas culturais e artísticas são intrínsecas ao universo das atividades humanas as evidenciaram como componentes potentes para terapia ocupacional (CASTRO, 2000).

Castro (2000) apontou aspectos sobre as intersecções da cultura e arte com a terapia ocupacional, como: a necessidade da profissão de utilizar novas metodologias e instrumentos técnicos que contribuíssem para autonomia e cidadania; disponibilidade dos recursos para formação, criação, expressão e comunicação em composições não verbais; experiências vinculadas aos órgãos dos sentidos; produções culturais, em compreensão e transformação do mundo; contato pessoal consistente, com qualidade de afeto catalisador e influenciar recíproco; fruição criativa; desenvolvimento de habilidades físicas, materiais e pessoais; significações coletivas, podendo criar novos territórios de trânsito e troca.

O investimento em atividades artísticas e culturais pela terapia ocupacional contribui para a produção de conhecimento em um campo recente, chamado por Castro e Silva (2002) *decaminho de humanização*, ao considerar a importância dessas linguagens para a condição humana, já que as atividades artísticas auxiliariam na compreensão e na integração de vivências, que constituirão experiências plenas para as vidas dos sujeitos.

Na Terapia Ocupacional existem diversas concepções teórico-metodológicas que relacionam diretamente o fazer artístico e o campo cultural. Até a década de 1990 o movimento da livre expressão era bastante forte no campo terapêutico, entendendo a relação com a interioridade, o processo e a autodescoberta. Após 1990, entrou em cena a preocupação com a inclusão sociocultural dos indivíduos, associada fortemente ao campo da reabilitação e das práticas interdisciplinares, com ênfase na elaboração, reorganização, desconstrução e reconstrução de novos produtos. Recentemente a arte passa a ser vista como projeto de vida (CASTRO; SILVA, 2002) e a cultura como parte e produção da vida.

Há um alargamento também nos conceitos de arte e de cultura, desvinculados do produto material ou obra e estando intrínsecos ao processo de criação e ao cotidiano social.

A promoção da arte e da cultura também questiona os padrões mercadológicos valorizados pelo sistema capitalista, buscando um viver criativo na diversidade da expressão. As experiências estéticas também implicam na constituição de subjetividade e na manutenção da vida, contribuindo para a criação de um mundo em que se possa habitar de outras maneiras (MECCA, 2008).

O desenvolvimento da Política Nacional de Cultura no Brasil também é recente, permanecendo frágil a relação com os direitos culturais no país. A criação do Ministério da Cultura é de 1985 e as considerações sobre o campo foram ampliadas com a reformulação da Constituição em 1988. Apenas mais recentemente tem-se a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural em 2003, o Plano Nacional de Cultura em 2010 e a institucionalização da Política de Economia Criativa no mesmo ano (CARDINALLI; SILVA; SILVESTRINI, 2015).

Na prática social e cultural junto a diferentes grupos populacionais é possível constatar o quanto alguns discursos limitantes e equivocados mostram-se bastante intrínsecos ao tema da cultura, relacionados a: definição de valor mediada pelos interesses do mercado e consumo; hierarquização cultural; arte como produção elitista; circulação artística identificada apenas em centros culturais; acesso a expressões artísticas prioritária ou unicamente pelos veículos de comunicação em massa, entre outros (CARDINALLI; SILVA; SILVESTRINI, 2015).

Barros *et al* (2007) discutem as implicações causadas quando a terapia ocupacional e a saúde deslocaram o técnico de sua centralidade, pois neste contexto o

trabalho territorial e comunitário tem exposto problemáticas socioculturais fundamentais, assim tornou-se imperativo para o terapeuta ocupacional desenvolver atividades culturalmente pertinentes, pois se trata de compreender como as atividades mais valorizadas são percebidas na comunidade e como estão articuladas aos símbolos-chaves que formam as identidades. Exige-se, então, do terapeuta ocupacional a capacidade de constituir intervenções coerentes com as culturas locais específicas, fato que determina uma ruptura com ações moduladas por procedimentos técnicos pré-estabelecidos. O outro é noção (alteridade) relacional, construída no diálogo (p.132).

Barros *et al* (2013) apresentam que a presença de terapeutas ocupacionais na gestão de um Ponto de Encontro e Cultura que possibilitou uma série de aliança e alicerçou a construção inicial do projeto, por meio de uma atuação ativa na costura política e de laços sociais para ampliar e fortalecer diferentes circuitos de participação social, cultural e de convivência.

Com esse cenário constata-se que há muitos meios e demandas para a Terapia Ocupacional atuar, intervir e se relacionar com o campo cultural no Brasil. Destacamos novas ações culturais dialogam com o campo da Terapia Ocupacional, na perspectiva de atuação da cidadania cultural e dos direitos humanos (DORNELES; ALBERTACCI JUNIOR, 2013).

A Terapia Ocupacional contemporânea tem sido fortemente mobilizada pelas variadas e plurais demandas das populações e campos de intervenção. Na relação com os indivíduos, coletivos e mundos elabora-se concepções teórico-práticas no diálogo fundamental com o que está fora, que vai além de determinado tempo-espaço-condição cultural. Pois os sujeitos se fazem em meio a macroprocessos e multidimensões, e é nesse meio que também se faz a terapia ocupacional (CARDINALLI, 2014).

## **OBJETIVO**

Apresentar reflexões da cultura como área de atuação na terapia ocupacional, em diferentes proposições, correlacionando-a com as dimensões *simbólica, econômica e cidadã*.

## **METODOLOGIA**

Este ensaio apresenta as potencialidades da cultura para a Terapia Ocupacional, a partir de trabalhos e estudos que correlacionaram a cultura, a Terapia Ocupacional e a reflexão sobre atividade humana, portanto trata-se de uma reflexão teórica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação às concepções e sinalizações sobre cultura, tem-se que são diversas as definições e conceituações elaboradas por muitos atores na história, até se chegar ao debate crítico da possibilidade de que o termo no plural “culturas” representaria melhor essa amplitude de simbologias e representações. Porém, no cenário atual, da liquidez das relações e vivências (BAUMAN, 2001), as definições se fazem importantes tanto para concretizar subjetividades, quanto para solidificarem ações, como as políticas e abarcarem as diversas questões que envolvem o trabalho na área cultural, os atores, demandas e diversidades.

Definir cultura na era do consumo é tentar o trabalho árduo de explorar, sistematizar e desvelar sobre a potência da dimensão humana material e imaterial, dos fazeres e histórias. Dada a importância de definir de forma sensível e flexível sobre as “culturas” que estamos construindo para que fomentem o debate sobre a existência de fundamentações singulares, mas concretas. “De qualquer forma, uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que “cultura é tudo” não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática” (BOTELHO, 2001, p. 75).

Nesse sentido tem-se uma definição de cultural citada pela UNESCO que consegue convergir, sem reduzir os variados aspectos que compõem o que é cultural e como somos seres de cultura.

Conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social [...] engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças[...] dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. Por meio dela o homem se reconhece como um projeto inacabado [...] e cria obras que o transcendem (UNESCO, 1982, p. 1 e 2).

No Plano Nacional de Cultura, as questões culturais são trabalhadas e constituídas a partir de três dimensões distintas, mas que interagem no cotidiano de

ações humanas e, portanto, de possíveis entendimentos de políticas. “Cultura como um direito básico do cidadão” (BRASIL, 2013, p. 17). Assim, a experiência artístico-cultural pode contribuir para a emancipação do sujeito e a aproximação da experiência da cidadania e dos direitos substanciais (CASTRO; SILVA, 2007). Tem-se a dimensão do simbólico e das criações humanas, afinal “todos os seres humanos tem a capacidade de criar símbolos” (BRASIL, 2013, p. 16) e através de mecanismos e processos criativos os produtos, bens materiais e imateriais, os patrimônios culturais e construções sensíveis surgem e se manifestam.

A cultura [...] integra-se nos diferentes mecanismos sociais que perpassam pelo universo simbólico-espacial do agente, o corpo tem um papel determinante como filtro e percepção cultural, seja através dos sentidos, ou compreendida como experiências (GUTIERREZ; ALMEDA, 2004, p. 49).

Sobre a dimensão Econômica, a cultura se faz tendência como vetor de desenvolvimento sustentável e social, uma vez que promove a inovação e a inclusão, ou seja, uma “sinergia capaz de alavancar um desenvolvimento endógeno que, por sua vez, permitiria ao Brasil, uma nova alternativa de crescimento econômico não mais construído de fora para dentro, mas resultado de uma dinâmica econômica local” (BRASIL, 2011, p. 14).

Estas diversas ramificações de contextos e delimitadoras do que é cultura e como ela permeia as dimensões humanas, compõem este trabalho no qual são exploradas as possibilidades de pesquisa e intervenção no campo cultural, em específico sobre o cuidado e as relações da terapia ocupacional.

Assim apresentam-se as dimensões possíveis da intersecção do trabalho da terapia ocupacional associado à cultura, suas possibilidades e construções já presentes no campo.

1) A cultura enquanto bem simbólico, do processo de produção e projeção de vidas e suas subjetividades;

2) A arte e a cultura podem e seus aprofundamentos na correlação da intervenção da terapia ocupacional como estratégias de intervenção;

3) Partindo das redes de relação e comunicação e as mudanças dos usos das tecnologias de informação transformando cotidianos, os usos da virada cultural, inteligência coletiva, cibercultura, cultura de convergência e narrativa transmídia;

- 4) Dos trabalhos específicos da memória e do patrimônio cultural;
  
- 5) Da cultura como fator de desenvolvimento das sociedades, uma gama de ações é promovida na interação cultura e economia como a economia criativa e a profissionalização da criatividade;
  
- 6) O direito de acesso, envolvimento e expressão cultural, na criação de estratégias para efetivar que qualquer cidadão seja um sujeito produtor e consumidor de cultura e do reconhecimento desse eixo fundamental como vetor de desenvolvimento inovador, inclusivo e sustentável;
  
- 7) gestão e produção cultural como ação na qualificação inclusiva, acessível, democrática, com dimensão social e cidadã na construção de espaços e produtos culturais;

## **CONCLUSÕES**

A cultura tem sido um campo ampliado e transdisciplinar no qual o terapeuta ocupacional apresenta atuações reconhecidas nesta interface. Contudo, consideramos que a ampliação conceitual e de atuação no contexto da cultura ainda possa ser considerada pelo terapeuta ocupacional. Há oportunidades de potencializar o trabalho em atuação do ponto de vista da gestão, da produção, da criação e da fruição cultural, além de atuar como articulador de atividades, reinventando seu repertório de estratégias e abordagens, reconhecendo os valores culturais e simbólicos presentes nas atividades humanas das populações já presentes nos cotidianos de prática do terapeuta ocupacional.

Considera-se, no entanto, que há necessidade de aprofundamento teórico, metodológico e prático com relação as ações e intersecções entre cultura como atividade humana e a terapia ocupacional.

## **REFERÊNCIAS**

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARROS, D. D. et al. Terapia ocupacional social. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.18, n. 3, p. 128-134, set./dez. 2007.

BARROS, D.D. et al. Cultura, economia, política e saber como espaços de significação na Terapia Ocupacional Social: reflexões sobre a experiência do Ponto de Encontro e Cultura. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v.21, n.3, p.583-594, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Como fazer um Plano de Cultura* – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília, 2013.

BRASIL. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações*, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 156 p.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 15(2) 2001.

CARDINALLI, I. *Trajetórias inventivas e produção de conhecimento: terapeutas ocupacionais e suas relações com a arte e a cultura*. Monografia de Especialização. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. 2014.

CARDINALLI, I.; SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. Tendas Culturais: promoção de arte e cultura em territórios descentralizados. Salvador - BA, *Anais... XI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - XI ENECULT*. 2015.

CASTRO, E. D.; Arte, corpo e terapia ocupacional: aproximação, intersecções e desdobramentos. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.11, n.1, p.7-12, jan./abr., 2000.

CASTRO, E. D.; SILVA, D. M. Habitando os campos da arte e da Terapia Ocupacional: Percursos Teóricos e Reflexões. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*. v.13, n.1, p. 1-8, jan./abr. 2002.



CASTRO, E. D.; SILVA, D. M. Atos e fatos de cultura: territórios das práticas. Interdisciplinaridade e as ações na interface da arte e promoção da saúde. *Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo*, v.18, n.3, p. 102-112, set./dez. 2007.

DORNELES, P. S.; ALBERTACCI JUNIOR, G. Rede de articulação, fomento e formação: o curso de especialização como um instrumento da política acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. *Anais... IV Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro. 16 a 18 de outubro de 2013. 13p. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Patricia-Silva-Dorneles-et-alii.pdf>>. Acesso em: 29 set 2015.

GUTIERREZ, G. R., ALMEIDA, M. A. B. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. *Revista Conexões*, v. 2, n.1, Unicamp Campinas, 2004.

UNESCO. *Declaração de México Sobre as Políticas Culturales*. In: Conferência Mundial sobre Las Políticas Culturales. Cidade do México: UNESCO, 1982.

## **JOVENS ARTISTAS EM CENA: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA CRIATIVIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS**

*CARLA REGINA SILVA, ANA CAROLINA DA SILVA ALMEIDA PRADO*

Universidade Federal de São Carlos - SP

### **INTRODUÇÃO**

Sendo a cultura concebida como eixo estruturante para o desenvolvimento de qualquer sociedade, compreendemos que as políticas culturais podem contribuir diretamente para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, considerando a importância da cultura para a terapia ocupacional na correlação de estratégias que se vinculam em diferentes proposições e estratégias, nos debruçamos a compreender de maneira mais aprofundada as políticas culturais existentes no Brasil.

### **Políticas culturais**

O princípio das políticas culturais no Brasil se deu no contexto da “revolução” da década de 1930, com rupturas e continuidades controladas, duas experiências concomitantes contribuíram, onde se tem a presença de Mario de Andrade (1935-1938) pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e a instituição do Ministério da Educação e Saúde (1930) (RUBIM, 2007).

Porém, atualmente com a política neoliberal vigente em nossa sociedade, um mecanismo nefário se instala diante, porém não só, das políticas culturais vigentes. Esse mecanismo se dá de maneira perversa, onde usa de referências caras ao projeto democrático para a sua apropriação e ressignificação, ofuscando a diferença entre esses dois projetos (neoliberal e o democrático), tais como: as noções de sociedade civil, de participação e de cidadania (DAGNINO, 2005).

Essa questão influencia diretamente na constituição das políticas culturais, porém como forma de enfrentamento, se faz necessário, em primeira instância, tornar evidente a diferença entre esses dois projetos. Fazendo com que a política cultural seja construída e consolidada de maneira a se contrapor a política neoliberal vigente, seus efeitos de aprofundamento das desigualdades e a valorização de um mercado cultural privado (DAGNINO, 2005).

O projeto político, no sentido mais próximo ao da visão gramsciana possibilita, de acordo com Dagnino, (2005, p. 49):

A sociedade civil, participação e cidadania – ao mesmo tempo encontra raízes e produzem ecos na lenta emergência de uma cultura mais igualitária, que confronta as várias dimensões do autoritarismo social da sociedade brasileira. Outros reiteram sob novas roupagens as visões de uma democracia elitista e restrita que têm caracterizado o projeto dominante nessas últimas décadas.

No Brasil, atualmente, as secretarias para a cultura nos organogramas estadual e municipal são autônomas, porém esse fator não garante a eficácia e a qualidade de seu funcionamento, denotando um atraso no desenvolvimento da área no país. Caracterizando também que a sua relação nas três esferas (federal, municipal e estadual) foi durante muito tempo inexistente (DURAND, 2001).

É importante ressaltar que é muito recente no Brasil as mudanças conceituais ocorridas na política cultural, afinal foi na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira que ocorre a efetivação de mecanismos de importante institucionalidade no campo cultural.

A ação sociocultural é, obrigatoriamente, da responsabilidade de todas as esferas administrativas, porém o distanciamento existente entre elas e a vida efetiva do cidadão, dificulta sua concretização. Por esse motivo, se faz necessário pensar em políticas na esfera macrossocial juntamente com a esfera microssocial, para que não haja um distanciamento das políticas públicas culturais federais com a sua real execução na esfera municipal (BOTELHO, 2001).

Para que haja uma mudança e diversificação no repertório na paisagem cultural, são necessárias ações em longo prazo, incluindo o investimento em estudos metodologicamente consistentes, com o objetivo de captar traços de comportamento cultural da população, de tempos em tempos (DURAND, 2001).

Quanto às formas de financiamento adotadas pela área da cultura no país, podemos, em grande parte, observar um padrão “misto” de financiamento, onde há recursos públicos associados a um “fundo perdido” configurando-se como grande questão por trás dessa forma de arrecadação de financiamento: “quais são os efeitos sobre o tipo de cultura que é oferecida, a quem e a que preço?” (DURAND, 2001, p. 68).

Para que um sistema efetivo de financiamento às atividades culturais funcione é obrigatório que se estabeleça uma política pública, em que parcerias - tanto entre áreas

do governo, num plano horizontal, quanto entre as três instâncias administrativas, num plano vertical-são fundamentais para conquistar novas fontes privadas de financiamento. Conseqüentemente, para que os incentivos fiscais funcionem é necessário que haja um clima de recepção favorável a eles na sociedade e, nesse sentido, a postura do governo com relação à cultura e às artes é fundamental (BOTELHO, 2001, p. 78).

Sabe-se também que cerca de dois terços do dinheiro que circula nessa área, provêm de seus consumidores, como por exemplo, ao comprar um livro, entradas de teatro, entre outros, sendo necessário, portanto considerar também a questão econômica e social da população, onde refletirão diretamente na área cultural e seu financiamento. Contudo, fica clara a importância dos gestores públicos em olhar para a área cultural de forma integral e plural, compreendendo de fato, sua contribuição na área das políticas públicas em geral (DURAND, 2001).

Considerando que as políticas culturais podem moldar e dar forma para as expressões culturais atuais, Bezerra e Weyne (2013) acreditam que elas podem contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária. Segundo os autores, o Ministério da Cultura, na última década, vem se constituindo e realizou a estruturação para o seu desenvolvimento no país, promovendo fortalecimento das principais instituições culturais e a criação e implementação das diretrizes das políticas culturais, visando uma democracia cultural como estratégia para a realização da inclusão social (BEZERRA; WEYNE, 2013).

Por outro lado, a política cultura também sofre grandes interferências das políticas neoliberais, como por exemplo, a Lei Federal de Incentivo à Cultura, criada em 1991 (Lei nº 8.313), conhecida por Lei Rouanet. Ela possibilita as empresas financiarem projetos culturais e terem um determinado valor abatido do seu imposto de renda, transferindo, o direito universal à cultura para a iniciativa privada, e também fazendo com que o real objetivo da escolha dos projetos não seja mais o interesse público, mas sim o poder de marketing que esta ou aquela ação pode promover para as empresas (BEZERRA; WEYNE, 2013).

## **OBJETIVO**

Apresentar os resultados referentes ao mapeamento das políticas públicas e as formas de investimento público disponíveis no Brasil, nos âmbitos federais, estaduais e municipais, referente à cidade de São Carlos-SP, da pesquisa de iniciação científica “*Jovens Atores Teatrais: o trabalho e a profissionalização da criatividade*” que teve como objetivo compreender as possibilidades, as estratégias e os desafios dos processos de profissionalização e geração de renda da juventude em atividades artísticas culturais, em específico, o teatro.

## **METODOLOGIA**

Realizou-se uma busca nos sites governamentais municipais, estaduais e federais em junho de 2015, com o intuito de mapear as políticas culturais e formas de financiamentos públicos existem atualmente no Brasil. Como descritores utilizou-se ‘Políticas Culturais Municipais’; ‘Políticas Culturais Estaduais’; ‘Políticas Culturais Federais’. Como critérios de inclusão partiu-se da premissa de serem de caráter público, estarem vigentes e estarem ligadas a área cultural. Para tanto, foram divididas as políticas existentes entre: Municipais, Estaduais e Federais, e dentre estes, Incentivo Cultural Direto (ICD) – ligado à produção, divulgação e fruição, Incentivo Cultural Indireto (ICI) – ligado ao lazer, entretenimento, consumo; e Incentivo Cultural de Formação e Profissionalização (ICFP) – ligados à formação e profissionalização.

Realizou-se também uma entrevista com o chefe da seção de apoio administrativo e financeiro da Coordenadoria de Cultura, sobre as formas de financiamento existentes na cidade; uma entrevista com um membro do Conselho Municipal de Cultura, com o intuito de compreender sua estrutura, composição e funcionamento; e posteriormente realizou-se uma entrevista com o Diretor do grupo de teatro “Preto no Branco”, contemplado com o ProAC (Programa de Ação Cultural) com a finalidade de compreender o processo de aquisição e as potencialidades/dificuldades do ProAC.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como resultados do mapeamento (Tabela 1), temos que os programas e projetos que respondem à nova legislação da Política Cultural brasileira se encontram em

expansão, sendo possível observar uma diversidade de projetos e leis de incentivo à cultura e à realização artística, contudo, ainda há insuficiência de recursos diante da dimensão e diversidade, priorizando determinadas regiões e da mesma forma, tornando-se acessível apenas a uma parcela da população.

*Tabela 1 - Políticas culturais e suas formas de financiamento*

<b>P. Culturais Estaduais Diretas</b>	<b>P. Culturais Estaduais indiretas</b>	<b>P. Culturais Estaduais de formação</b>	<b>P. Culturais Federais Diretas</b>	<b>P. Culturais Federais indiretas</b>	<b>P. Culturais Federais de formação</b>
Fábricas de Cultura	Prêmio Governador do Estado	Conservatório de Tatuí	Pontos de cultura	Vale Cultura	Pontos de Cultura
Oficinas Culturais	Prêmio São Paulo de Literatura	EMESP Tom Jobim	Lei Rouanet		
Programa de Ação Cultural – ProAC	Circuito Cultural Paulista	Fábricas de Cultura	Lei do Audiovisual		
Programa de Fomento ao Cinema Paulista	Mapa Cultural Paulista	Oficinas Culturais			
Prêmio Estímulo ao Curta-Metragem		Projeto Guri			
Circuito Cultural Paulista					
Kit de Cinema					
Ópera Curta					

A burocratização em torno dos artistas/grupos proponentes faz com que dificulte a participação dos mesmos em parte significativa dos editais apresentados acima, como exemplo podemos citar o Programa de Ação Cultural – ProAC; e a transferência do poder de decisão do Estado para as empresas privadas acerca do tipo de cultura que será financiada, como no caso da Lei Rouanet, privilegiando apenas o que é mais comercial e interessante para o *marketing* empresarial regido pelas leis de mercado, e consequentemente direcionando e privilegiando determinados artistas e expressões de arte, valorizando a cultura de massas ou que já alcançou *mainstream*.

A partir da entrevista obtida com representante da Coordenadoria da Cultura da cidade de São Carlos e a análise do Plano Municipal de Cultura, fica evidente a falta do seguimento do Plano Municipal de Cultura, pois inúmeras diretrizes não foram

alcançadas e não há se quer planejamento para tal, as ações estão centradas no fomento para eventos tradicionais da cidade, ou seja, só há investimento pontual e restrito.

Deixando assim a criação e elaboração de novos projetos a mercê do trabalho do Conselho Municipal de Cultura.

Por outro lado, o Conselho Municipal de Cultura deve avançar suas ações, para além de certas diferenças ideológicas e conseqüentemente políticas conflitantes, que interferem diretamente no foco e atuação do mesmo, prejudicando sua função e seu funcionamento.

Através das afirmações realizadas pelo Diretor do grupo de teatro “Preto no Branco” que possui financiamento ProAc, temos o reflexo da cultura cada vez mais sendo enfraquecida e desarticulada, devido ao modelo neoliberal, pois a cultura tem se reduzido ao produto cultural que possa ser consumido de forma a produzir lucro, o que produz estranhamentos, desilusões e abandono de artistas que acreditam na arte como forma de transformação social.

Também é possível observar certa incompatibilidade entre as Políticas Públicas Culturais de Financiamento e a realidade vivida pelos artistas e gestores culturais, sendo as mesmas, muitas vezes, insuficientes para a própria subsistência dos grupos e artistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do estudo realizado fica evidente que as políticas culturais na cidade de São Carlos enfrentam um momento de bastante enfraquecimento, onde se tem a desarticulação do Conselho Municipal de Cultura, devido a questões partidárias e ideológicas e a falta de iniciativa e investimento em novas ações da Coordenadoria da Cultura. Fazendo com que os artistas da cidade encontrem grandes dificuldades para a realização de suas ações, levando a um enfraquecimento de todo o cenário cultural da cidade.

É fato que muito conseguimos avançar acerca das Políticas Públicas Culturais, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido. A aproximação do Estado com a sociedade na construção das mesmas vem se tornando uma realidade, pois a construção de Políticas Públicas Culturais implica diretamente na participação da sociedade com o Estado. Porém é possível perceber o quanto as Políticas Culturais seguem desarticuladas do restante das políticas públicas, gerando fragilidade e rupturas no cenário cultural ao

longo de nossa história. O caráter neoliberal também favorece para o enfraquecimento da liberdade de criação e da autonomia cultural e conseqüentemente das Políticas Públicas.

Portanto, falar de Políticas Públicas Culturais implica em falar sobre direitos, cidadania e ideologias. Sua construção e continuidade só são possíveis através da participação do Estado em conjunto com a sociedade, sendo de responsabilidade do próprio Estado a garantia das condições e do controle para que isso ocorra, mesmo estando o Estado consciente que sua efetividade pode gerar o questionamento da própria estrutura social. A ampliação de direitos culturais está no escopo do trabalho de terapeutas ocupacionais em diferentes campos de atuação, assim uma maior compreensão sobre as políticas culturais e formas de gestão e financiamento devem ser consideradas por esta categoria profissional.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. H.; WEYNE, R. G. Política cultural no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. In: **IV Seminário Internacional Políticas Culturais**, 2013, Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2013. p. 1-15. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocasta-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

DAGNINO, E. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **FórumRio**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-65, jan. abr. 2005.

DURAND, J. C. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 66-72, 2001.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.



## **O GRUPO SÃO DOIDÃO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL PARA O CONVÍVIO SOCIAL DE PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL**

*ADRIANE GOMES RODRIGUES, LISETE RIBEIRO VAZ*

Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte-MG

### **INTRODUÇÃO**

Os conceitos de ‘atividade’ e ‘inserção social’ são muito caros à Terapia Ocupacional desde sua constituição enquanto profissão. No campo das práticas, estes conceitos têm sido aprofundados e ampliados, o que força o profissional a reinventar os cenários e os territórios de sua atuação, neste caso, em saúde mental. Os processos de subjetivação resultantes destas reinvenções nesses novos contextos são ferramentas importantes para a garantia da inserção social do cidadão em sofrimento mental. Tais concepções de ‘atividade’, ‘inserção social’ e ‘processos de subjetivação’ são ressonâncias de movimentos sociais e políticos que tem ocorrido em nosso país desde a década de 1970. A formulação de uma política específica para a assistência em saúde mental e sua inscrição definitiva nas políticas públicas governamentais com a aprovação da Lei Federal 10.216, de 06/04/2001 tem reorientado o modelo e as práticas assistenciais no campo da saúde mental no Brasil, pautada pelos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Para que a substituição definitiva do hospital psiquiátrico se concretize é necessário criar e implantar uma rede de serviços diversificada, aberta, de base territorial, definida e legitimada através de leis e portarias federais, estaduais e municipais.

Mais necessários ainda são a participação e o envolvimento dos trabalhadores dessa rede para que aconteça, em liberdade e em ato, o cuidado das pessoas em sofrimento psíquico. Para muitos autores, Reforma Psiquiátrica significa a transformação do lugar social da loucura, sendo a cultura apontada como uma estratégia privilegiada para que esta transformação se concretize. No campo cultural é possível estabelecer o diálogo entre os vários segmentos sociais e o fortalecimento da luta política nas relações de poder. Para além deste papel transformador que a cultura e a arte podem exercer nas relações sociais, elas também são fatores potenciais de defesa da diversidade e da liberdade cultural no campo da atenção psicossocial. Muitos são os projetos artístico-culturais desenvolvidos no Brasil a partir da Reforma Psiquiátrica que

apontam para a constituição de um novo campo de ação em saúde mental, denominado por Amarante (2012) de campo artístico-cultural. Minas Gerais sempre se fez presente na construção da Reforma Psiquiátrica brasileira, especialmente no Movimento da Luta Antimanicomial que, com a participação de usuários, familiares e trabalhadores do campo da saúde mental, tem trabalhado ativamente no enfrentamento ao hospital psiquiátrico e na sua definitiva superação. Destaca-se a experiência de Belo Horizonte, capital do Estado pois, em razão de um trabalho inovador e corajoso pautado pelos princípios da Reforma Psiquiátrica, é considerada referência nacional no campo da assistência em saúde mental, tomando em consideração o número de habitantes da cidade (3 milhões de habitantes, aproximadamente).

A política de saúde mental de Belo Horizonte propõe ações planejadas de maneira articulada, tecendo uma rede de cuidados na qual os diversos pontos de atenção – Serviço de Urgência Psiquiátrica, Centros de Referência em Saúde Mental - CERSAM, Centros de Convivência, Equipes de Saúde Mental das Unidades Básicas de Saúde - UBS, Serviços Residenciais Terapêuticos - SRT e Equipes de Saúde da Família – se entrelaçam, prestando a assistência necessária aos seus usuários através da construção de projetos terapêuticos individualizados e territorializados (NILO, et al, 2008). Um dos destaques dessa rede são as experiências no campo artístico-cultural desenvolvidas nos Centros de Convivência, que tem a arte como eixo orientador e incluem em suas ações cotidianas oficinas de teatro, música, pintura, artesanato, visitas a museus, pontos turísticos, cinemas, experiências que contam com a participação de seus usuários em diversas atividades culturais oferecidas pela cidade. A intensa produção artística destes Centros de Convivência resultou na criação do projeto “Mostra de Arte Insensata” que passou a integrar as ações da política de saúde mental do município. Até o momento, o projeto conta com três edições: 2008, 2010 e 2012 (GUIMARÃES, 2014).

Esta Mostra constitui-se de apresentações culturais, exposição de artes visuais, oficinas de arte e artesanato, *atelier* aberto, rodas de conversa, sessões de cinema, mercado de artesanato (Mercado Maluco) e performances. A iniciativa ainda proporciona uma experiência gastronômica através do restaurante “Paz, Arroz, Bar & Café”, conduzido pelos associados da “Suricato - Associação de Trabalho e Produção Solidária”, uma associação de trabalho e geração de renda. O objetivo é colocar em cena a produção dos usuários dessa rede, provocar o encontro destes com artistas já

consagrados e também de apresentar para a cidade a riqueza que a arte, em seu encontro com a loucura, pode produzir (MOSTRA DE ARTE INSANSATA, 2015). O conjunto destas experiências estéticas favorece o fortalecimento da inclusão social, a ampliação dos territórios de circulação e o diálogo das pessoas com sofrimento mental e a cidade, promovendo a autonomia dos usuários/artistas.

Em 2004, em dois diferentes Centros de Convivência inicia-se a oferta de oficinas de música, ministradas por um professor<sup>[1]</sup> de nível superior, centradas em três linhas de ação simultâneas e coletivas: a apreciação, a criação e a prática musical em conjunto, provocando a sensibilização musical de seus participantes. Com o correr do tempo, essas oficinas se desdobram em uma nova experiência: o canto coral, com a constituição de dois grupos corais, que logo passam se encontrar e a trocar experiências entre seus integrantes (VIANA, 2014).

Dessa forma, além da experiência musical, o deslocamento pela cidade, alternando os ensaios entre um Centro de Convivência e outro, ampliou a circulação e fortaleceu a socialização entre seus participantes, transformando os dois grupos em apenas um: o Grupo São Doidão. Convidado a se apresentar em outros espaços da rede de saúde mental do município, o Grupo passa a investir na qualidade musical de suas apresentações com ensaios cada vez mais frequentes em horários e locais diferentes, para além do universo das oficinas de música dos Centros de Convivência.

Esta ampliação do convívio social e do mundo do trabalho provoca uma mudança no Grupo, que chegou a contar com 18 pessoas em sua fase inicial. Com a saída gradual de alguns integrantes que, por questões particulares ou subjetivas não permaneceram no Projeto, formalizou-se a constituição do Grupo que se apresenta atualmente (2015), composto por um regente; seis integrantes; um assessor de imprensa; e um grupo de apoiadores: um produtor, um preparador vocal e corporal, um figurinista que é também cenógrafo e design gráfico.

Esta constituição do Grupo mantém-se aberta, uma vez que sempre acontece a participação de cantores e músicos profissionais que se identificam com o trabalho desenvolvido. A arte produzida pelo Grupo São Doidão, de estética singular e performances irreverentes, traz em seu repertório releituras de clássicos da Música Popular Brasileira - MPB, além de composições inéditas de seus integrantes e de usuários/compositores da rede de saúde mental. Com convites para apresentações dentro e fora do Estado se multiplicando e novas experiências como: (a) a apresentação em

parceria com o grupo paulista “Barbatuques” durante a “I Mostra de Arte Insensata” em 2008; e também (b) a premiação no concurso “Loucos pela Diversidade”, parceria entre o Ministério da Cultura e a FIOCRUZ em 2009, os artistas do Grupo passam a desejar ocupar seu espaço no cenário cultural.

## **OBJETIVOS**

Relatar a experiência do Grupo São Doidão a partir de seu surgimento em seu contexto específico; inventariar a produção artística do Grupo; estabelecer correlação entre esta experiência e as novas práticas no cuidado em saúde mental compondo-as com alguns conceitos em arte, cultura e Terapia Ocupacional.

## **METODOLOGIA**

Foi relatada a experiência de criação do Grupo São Doidão, nascido nas oficinas de música em dois Centros de Convivência da cidade de Belo Horizonte/MG e inventariadas suas produções artísticas desde 2006 até 2015. Foram também referenciadas as produções em preparação e estabelecidas correlações entre esta experiência artístico-cultural com alguns conceitos em arte, cultura, saúde mental e Terapia Ocupacional.

## **RESULTADOS**

Entre 2010 e 2011, com o suporte de uma equipe parceira constituída por um coordenador artístico, um preparador vocal, um figurinista e um produtor, além da presença regular do terapeuta ocupacional, o Grupo se lança em voos mais arrojados para além do campo da saúde mental dando início a um projeto concreto: a gravação do primeiro álbum musical. Para tal, é elaborado o projeto “Os Devotos de São Doidão” e submetido ao edital 2011/2012 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 6.498 de 29/12/1993), cuja aprovação possibilitou a realização do primeiro álbum musical oficial do Grupo São Doidão<sup>[1]</sup>, acompanhado de um show de lançamento na capital mineira.

O evento, realizado em novembro de 2013, reinaugurou o Teatro de Câmara do Cine Teatro Brasil Vallourec, espaço que se encontrava pronto para ser devolvido à cidade após longa e completa restauração e que, situado no coração da cidade, é carregado de valor simbólico para a população belo-horizontina. O Grupo contou ainda com recurso financeiro recebido pela aprovação de projeto na III Chamada para a Seleção de Projetos de Reabilitação Psicossocial: Trabalho, Cultura e Inclusão Social na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), do Ministério da Saúde.

Este evento lança o Grupo em um novo universo, conferindo-lhe o bônus do reconhecimento social e exigindo de seus integrantes posturas responsáveis não só com os compromissos assumidos, mas também individualmente e com seus pares, protegendo e apoiando uns aos outros em atitudes de convivência solidária. Em busca por novos campos de aprendizagem, seus integrantes passam agora a frequentar aulas de preparação corporal e vocal, para além do universo dos Centros de Convivência, e investem na compra de teclados individuais para estudos diários.

É a busca concreta, no real, por novos modos de vida, mais potentes e criativos, na vida social, de trabalho e no mundo das artes. No sentido de inventariar as produções do Grupo, pode-se destacar em sua trajetória diversas apresentações em diferentes espaços: a) V Encontro Internacional de Corais em Belo-Horizonte (2007); b) I Mostra de Arte Insensata em Belo-Horizonte (2008); c) Encontro do Movimento Estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2009); d) Marcha Nacional dos Usuários Por Uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, em Brasília (2009); e) Centro Cultural Lagoa do Nado em Belo-Horizonte (2009); f) Conferência de Saúde da Regional Pampulha em Belo-Horizonte (2009); g) Evento de Confraternização da Suricato no Asmare Reciclo Cultural em Belo-Horizonte (2009); h) IV Conferência Estadual de Saúde Mental Intersetorial de Minas Gerais (2010); i) II Mostra de Arte Insensata em Belo-Horizonte (2010); j) Centro Cultural Alto Vera Cruz (2010); k) Show de Abertura do V Simpósio de Saúde Coletiva e Saúde Mental (UFMG/2011); l) III Mostra de Arte Insensata em Belo-Horizonte (2012); m) Show de lançamento do CD “Os Devotos de São Doidão” (2013); e n) Show de encerramento da Semana de Saúde Mental em Ipatinga/MG (2014).

[1] SÃO DOIDÃO. *Os Devotos de São Doidão*. Belo Horizonte: Estúdios Bemol, 2013. **Discussão:** no Brasil, os questionamentos surgidos a partir dos anos 70 na área da atenção à saúde provocaram a necessidade de se repensar a noção de ‘atividade’ para o campo da Terapia Ocupacional. Esta ‘atividade’ passou a ser um instrumento importante na construção de projetos de inclusão social, viabilizando a comunicação entre o sujeito e a sociedade e fortalecendo sua autonomia e inserção social (CASTRO, 2001). Sem perder de vista a dimensão do cuidado ao sujeito que sofre e o uso das atividades inspiradas por cada campo, o terapeuta ocupacional passa agora a ser também um agente de transformação social.

A partir dessas transformações no campo social, como no caso da Reforma Psiquiátrica brasileira, o terapeuta ocupacional é, portanto chamado a responder pelas novas demandas surgidas, passando a assumir funções para além da sua prática profissional histórica em saúde mental. É nesse contexto que em 2010, durante o processo de elaboração do projeto de gravação do primeiro CD, o terapeuta ocupacional sente-se convocado para participar mais visivelmente do Grupo e passa a coordenar as articulações pertinentes às funções de produção musical, agenciando ensaios, gravação, colaborando na concepção do álbum musical e na concepção e produção do show de lançamento deste.

Disponibilizar o cuidado necessário a cada integrante, especialmente em momentos de maior fragilidade ou insegurança é a primeira de muitas ações que o terapeuta ocupacional desempenhou e desempenha nesse processo. Agenciar o Grupo em suas apresentações, negociar e organizar as questões de ordem financeira, tanto do Projeto quanto dos cachês individuais, estabelecer rotinas de trabalho e acompanhar ensaios e gravações em estúdio passam a integrar o trabalho desse profissional que, através das especificidades de sua profissão, amplia e diversifica seu campo de atuação.

Para FERIOTTI (2013), a Terapia Ocupacional, ao redefinir sua função social a partir do reconhecimento do conceito de cidadania e da importância das desigualdades sociais existentes, “amplia seu espaço de intervenção para além dos *settings* terapêuticos fechados e incorpora a dimensão social do cotidiano, do território e da vida comunitária” à sua prática, preservando a concepção de que o sujeito se constitui de suas experiências pessoais no meio social onde está inserido, com toda a diversidade que o cerca. A diversidade a que se refere aqui não implica na abolição das conquistas históricas da Terapia Ocupacional, particularmente no cuidado e na atenção às

singularidades de cada sujeito. Tal cuidado provê a sustentação para a nova função de articulador social que o terapeuta ocupacional toma como sua responsabilidade neste Projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto grupo musical, a busca do Grupo São Doidão está voltada para a qualidade técnica e estética do seu trabalho, encarando os desafios impostos pelo mercado fonográfico e se relacionando com o meio musical de forma clara e potente, confrontando as diferenças e o preconceito ainda existentes em relação à loucura.

No que se refere aos espaços de circulação, estes tem-se ampliado, e novos convites para apresentações tem sido atendidos, diversificando a circulação em meios sociais desconhecidos para seus componentes até então. Há também novos projetos na pauta, numa construção coletiva através da qual é possível acrescer outros campos de atividade profissional como a inclusão de novos instrumentos musicais nas apresentações do Grupo, bem como novo objetivo a ser alcançado: a preparação corporal de seus integrantes para aprimorar a performance do Grupo no palco.

O Grupo permanece aberto à chegada de novos “Devotos” que desejem se aproximar e se aventurar nesta nova vivência. Nesse momento (2015), o Grupo se dedica aos ensaios de um novo repertório musical e elabora o projeto de gravação do segundo álbum, com gravação ao vivo do show de lançamento deste novo trabalho. A diversidade, neste caso do Grupo São Doidão, agrega os campos da arte, da cultura, da política, da Terapia Ocupacional e tantos outros, potencializando a inclusão social de seus integrantes. Isto implica em uma multiplicidade de possíveis mediações, favorecendo os encontros, os diálogos, as trocas e o convívio social.

A partir de situações singulares e individuais de sua clientela, as novas perspectivas de atuação do terapeuta ocupacional se ampliam. Objetivando possibilitar a inscrição da pessoa com sofrimento mental no tecido social, o profissional de Terapia Ocupacional se reinventa, alterando com sua ação também a vida na cidade que, a partir dessa nova prática, sofre mutações e se transforma, abrindo possibilidades de troca e de inclusão social dos sujeitos que se encontravam em radical exclusão. Esta é a aposta na transformação do lugar social da loucura. Pode-se avaliar que, tomando em consideração a subjetividade dos sujeitos no desempenho ocupacional das atividades

humanas, a Terapia Ocupacional tem tido muito a oferecer nesses novos cenários a partir de uma prática centrada no fazer humano.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P., et al. Da Diversidade da loucura à identidade da cultura: o movimento social cultural no campo da reforma psiquiátrica. *Cad. Bras. Saúde Mental*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 125-132, jan./jun., 2012.

CASTRO, E.D., LIMA, E.M.F.A., BRUNELLO, M.I.B. Atividades humanas e Terapia Ocupacional. In: DE CARLO, M.M.R.P. e BARTALOTTI, C.C. (Orgs.). *Terapia Ocupacional no Brasil. Fundamentos e Perspectiva*. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

GUIMARÃES, M.B.L. Mostra de Arte Insensata. In: ALMEIDA, V., RIBEIRO, W.S. (Orgs.). *Inclusão Social. Construindo Saídas*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2014, p.80-83.

MOSTRA DE ARTE INSENSATA. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em < [www.mostradearteinsensata.pbh.gov.br](http://www.mostradearteinsensata.pbh.gov.br) > Acesso em: 14 abr. 2015.

NILO, K. et al. (Orgs.) *Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: O Cotidiano de uma Utopia*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008.

PADUA, E.M.M. e FERIOTTI, M.L. (Orgs.). *Terapia Ocupacional e Complexidade. Práticas multidimensionais*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

SÃO DOIDÃO. Disponível em < [www.saodoidao.wix.com/site](http://www.saodoidao.wix.com/site) > Acesso em 14 abr. 2015.

VIANA, H. A experiência do São Doidão: Uma arte no entorno e contorno da acessibilidade cultural e inclusão social. In: ALMEIDA, V., RIBEIRO, W.S.



(Orgs.). *Inclusão Social: Construindo Saídas*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2014, p. 58-79.